



# AGU / procurador federal / 2010 / CESPE

## PARTE GERAL

Com relação aos vícios do negócio jurídico, julgue o item que se segue.



Se cabalmente comprovada a inexperiência do contratante, configura-se a lesão, mesmo que a desproporcionalidade entre as prestações das partes seja superveniente.

# AGU / procurador federal / 2013 / CESPE

## PARTE GERAL

A respeito do negócio jurídico, das obrigações, dos contratos e da responsabilidade civil, julgue os itens a seguir.



A nulidade do negócio jurídico realizado em fraude contra credores é subjetiva, de forma que, para a sua tipificação, deve ser provada a intenção de burlar o mandamento legal.

# AGU / advogado da união / 2008-2009 / CESPE

## OBRIGAÇÕES

No item a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, com relação ao direito obrigacional.



Carla cedeu a Sílvia crédito que possuía com Luíza. Na data avençada para pagamento do débito, Sílvia procurou Luíza, ocasião em que ficou sabendo da condição de insolvência da devedora. Nessa situação, Carla será obrigada a pagar a Sílvia o valor correspondente ao crédito, haja vista a regra geral de que o cedente responde pela solvência do devedor.

# AGU / advogado da união / 2008-2009 / CESPE

## OBRIGAÇÕES

Acerca dos atos unilaterais, julgue os itens subsequentes.



Constitui requisito da ação de repetição de indébito o fato de o pagamento ter sido realizado voluntariamente.

# AGU / advogado da união / 2008-2009 / CESPE

## OBRIGAÇÕES

Acerca dos atos unilaterais, julgue os itens subsequentes.



Considere que Ângela tenha locado imóvel de sua propriedade a Suzi e que esta não pague os aluguéis há três meses. Nessa situação hipotética, considerando-se que a falta de pagamento gera o enriquecimento de Suzi e o empobrecimento de Ângela, não havendo causa jurídica que os justifique, a locadora poderá ingressar com ação *in rem verso* para se ressarcir dos prejuízos sofridos.

# AGU / procurador federal / 2013 / CESPE

## OBRIGAÇÕES

A respeito do negócio jurídico, das obrigações, dos contratos e da responsabilidade civil, julgue os itens a seguir.



Os contratos são passíveis de revisão judicial, ainda que tenham sido objeto de novação, quitação ou extinção, haja vista não ser possível a validação de obrigações nulas.

# AGU / advogado da união / 2006 / CESPE

## OBRIGAÇÕES

Acerca do direito das obrigações, julgue os itens subsequentes.



Quando o devedor contrai com o credor nova obrigação, visando extinguir e substituir a anterior, ainda que a obrigação seja nula, prescrita ou extinta, verifica-se a novação. Da mesma forma, verifica-se novação se surgir novo devedor, sucessor do anterior, hipótese em que este fica desobrigado, transmitindo ao novo devedor a obrigação pela qual, até então, era o responsável.



# AGU / advogado da união / 2006 / CESPE

## OBRIGAÇÕES

Acerca do direito das obrigações, julgue os itens subsequentes.



O inadimplemento de uma obrigação indivisível, com pluralidade de devedores, converte-a em perdas e danos, dando lugar à indenização, em dinheiro, dos prejuízos causados ao credor, o que torna a obrigação divisível. Ainda que apenas um dos devedores seja culpado pela inadimplência, todos os demais responderão, em partes iguais, pela quitação de suas quotas na dívida, acrescidas das perdas e danos em decorrência do inadimplemento da obrigação.

# AGU / advogado da união / 2006 / CESPE

## OBRIGAÇÕES

Acerca do direito das obrigações, julgue os itens subsequentes.



Se no contrato forem estipuladas arras penitenciais, a inexecução do contrato faculta à parte inocente pedir indenização suplementar, se provar que o seu prejuízo foi maior que o valor das arras. Poderá, também, exigir a execução do contrato, acrescido das perdas e danos.

# AGU / advogado da união / 2006 / CESPE

## CONTRATOS

Acerca dos contratos regidos pelo Código Civil, julgue os seguintes itens.



A fiança dada por duas ou mais pessoas acarreta a solidariedade entre os fiadores. A referida solidariedade se apresenta entre os fiadores e o devedor principal. Assim, se o devedor principal não pagar o débito, cada fiador obriga-se a pagá-lo na totalidade. Poderá o credor executar todos eles e, se forem penhorados bens de todos, os fiadores têm o direito de exigir que os bens do executado sejam leiloados primeiro.

# AGU / advogado da união / 2006 / CESPE

## CONTRATOS

Acerca dos contratos regidos pelo Código Civil, julgue os seguintes itens.



O contrato bilateral caracteriza-se pela reciprocidade das prestações. Nesse contrato, ambos os contratantes têm o dever de cumprir, recíproca e concomitantemente, as prestações e obrigações por eles assumidas. Assim, nenhum dos contratantes, sem ter cumprido o que lhe cabe, pode exigir que o outro o faça. O desatendimento dessa regra enseja defesa por meio da exceção do contrato não cumprido, e a procedência desta constitui-se como causa de suspensão da exigibilidade da prestação do excipiente.

# AGU / advogado da união / 2008-2009 / CESPE

## CONTRATOS

Com base na disciplina relativa à extinção dos contratos, julgue os itens a seguir.



Em virtude do princípio da autonomia de vontade, admite-se que seja inserida, no contrato de compra e venda de bem móvel, pactuado entre particulares, a cláusula *solve et repete*.

# AGU / advogado da união / 2008-2009 / CESPE

## CONTRATOS

Com base na disciplina relativa à extinção dos contratos, julgue os itens a seguir.



Para que o juiz resolva contrato entre particulares, com base na aplicação da teoria da imprevisão, basta a parte interessada provar que o acontecimento ensejador da resolução é extraordinário, imprevisível e excessivamente oneroso para ela.

# AGU / advogado da união / 2012 / CESPE

## CONTRATOS

Com base nas regras relativas à extinção e à resolução dos contratos, julgue os itens subsequentes.



De acordo com o STJ, contratada a venda de safra para entrega futura com preço certo, a incidência de pragas na lavoura não dará causa à resolução por onerosidade excessiva, ficando o contratante obrigado ao cumprimento da avença.

# AGU / advogado da união / 2012 / CESPE

## CONTRATOS

Com base nas regras relativas à extinção e à resolução dos contratos, julgue os itens subsequentes.



Se determinado empregado de um condomínio de edifícios causar dano a uma unidade habitacional, será lícito ao condômino proprietário da unidade danificada, conforme entendimento do STJ, deixar de pagar cotas condominiais na hipótese de o condomínio não cumprir a obrigação de reparar os danos, visto que, nesse caso, terá ocorrido exceção de contrato não cumprido.



# AGU / advogado da união / 2012 / CESPE

## CONTRATOS

No que se refere a contrato de prestação de serviço e mandato, julgue os itens que se seguem.



Conforme o STJ, o dever de prestar contas não se transmite aos herdeiros do mandatário, haja vista o caráter personalíssimo do contrato; no caso de morte do mandante, entretanto, ocorre a transmissão.

# AGU / advogado da união / 2012 / CESPE

## CONTRATOS

No que se refere a contrato de prestação de serviço e mandato, julgue os itens que se seguem.



O objeto do contrato de prestação de serviço pode ser tanto uma atividade material quanto intelectual, sendo necessário, para que o contrato seja válido, o estabelecimento de determinação específica da natureza da atividade.

# AGU / procurador federal / 2010 / CESPE

## CONTRATOS

A respeito da responsabilidade contratual, julgue os itens a seguir.



Em caso de acidente automotivo, a responsabilidade da transportadora ficará afastada se comprovado que os danos sofridos pelo passageiro decorreram de falha mecânica do veículo.

# AGU / procurador federal / 2010 / CESPE

## CONTRATOS

A respeito da responsabilidade contratual, julgue os itens a seguir.



Se o contrato celebrado for de obrigação de resultado, o inadimplemento se presumirá culposos.